

**O SERVIÇO SOCIAL E A PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL NO  
SCFV DO CRAS ALMIRA FURTADO.**

**SOCIAL WORK AND THE PROMOTION OF HEALTHY AGING IN THE SCFV AT  
CRAS ALMIRA FURTADO**

**Neuzimar Ribeiro de Melo Silva<sup>1</sup>**

**Estelamaris de Barros Dhl<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Este artigo é o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Bacharelado em Serviço Social, realizado na Universidade LaSalle, em 2024. O estudo resultou das experiências obtidas nos estágios supervisionados I e II, desenvolvidos no CRAS Almira Furtado. O tema central da pesquisa foi “O Serviço Social e a Promoção do Envelhecimento Saudável no SCFV do CRAS Almira Furtado”. O objetivo principal foi investigar o papel do assistente social na promoção da inclusão e bem-estar dos idosos, analisando como as intervenções influenciam a qualidade de vida dos participantes. A pesquisa contou com uma abordagem qualitativa de caráter descritivo. Entre os instrumentos utilizados pelo assistente social, destacamos a observação participante, entrevistas semiestruturadas, os diários de campo, visitas domiciliares, além da documentação produzida pela Instituição, como prontuários e relatórios. As principais ações desenvolvidas incluíram a realização de grupos de convivência, oficinas temáticas e encaminhamentos para serviços de saúde e programas habitacionais, visando à melhoria da inclusão social e à redução da vulnerabilidade. A teoria utilizada para análise dos dados coletados dos instrumentos aplicados foi a Teoria Social Crítica a partir das leituras das obras de Yamamoto (2009), Faleiros (2023). Entre os principais resultados destacamos que a prática do assistente social no SCFV é fundamental na promoção de um envelhecimento ativo, garantindo aos idosos um espaço de acolhimento, o fortalecimento do pertencimento social e o acesso aos direitos sociais. Destacamos, que o processo de trabalho do assistente social não só promove a integração social, mas também possibilita através de grupos socioreflexivos a construção de estratégias de enfrentamento e, superação das expressões da questão social, contribuindo para a dignidade e qualidade de vida dos idosos atendidos.

**Palavras-chave:** Assistente social; Idoso; SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Serviço Social, realizado na Universidade LaSalle, em Zé Doca, MA. O processo de construção deste trabalho considerou os quatro anos de formação teórica e as práticas desenvolvidas ao longo dos estágios supervisionados I e II, realizados em 2024. Cada estágio teve um enfoque específico, contribuindo de maneira distinta para a análise e compreensão do tema "O Serviço Social e a Promoção do Envelhecimento Saudável no SCFV do CRAS Almira Furtado".

No Estágio I, o foco foi no reconhecimento do espaço institucional e na observação do trabalho dos assistentes sociais no CRAS Almira Furtado. Nesta fase inicial, foram realizadas atividades de campo, como visitas institucionais e reuniões com a equipe técnica, para entender as políticas públicas de assistência social, especialmente aquelas voltadas para o atendimento aos idosos. Através da observação participante, foi possível identificar as primeiras demandas dos usuários e a estrutura de funcionamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O Estágio II centrou-se na prática de intervenção direta junto aos idosos participantes do SCFV. Nesta fase, o trabalho foi focado na análise das atividades oferecidas e na compreensão das necessidades dos idosos, com o objetivo de promover um envelhecimento saudável. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, grupos de convivência e oficinas temáticas voltadas para a socialização e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Além disso, o estágio incluiu o acompanhamento de atividades voltadas à saúde mental e à inclusão social, onde foi observada a eficácia das ações no combate ao isolamento social e na melhoria do bem-estar dos idosos.

O tema norteador do trabalho foi "O Serviço Social e a Promoção do Envelhecimento Saudável no SCFV do CRAS Almira Furtado". A pesquisa analisou o papel do assistente social no fortalecimento dos vínculos sociais e na garantia do acesso aos direitos dos idosos, visando melhorar a qualidade de vida dessa população. Os objetivos principais incluíram analisar as práticas de atendimento e as intervenções realizadas pelo CRAS, explorando como essas ações influenciam o bem-estar e a integração social dos idosos, mapear os serviços oferecidos pelo SCFV, avaliar as intervenções realizadas e compreender as percepções dos idosos sobre o atendimento prestado. A análise dos dados mostrou a relevância das atividades

do SCFV na promoção da inclusão social e na prevenção de situações de vulnerabilidade, evidenciando o impacto positivo das ações na vida dos idosos atendidos.

Os resultados deste estudo destacam a importância dos estágios supervisionados na formação acadêmica em Serviço Social, evidenciando o papel central dos assistentes sociais na promoção do envelhecimento saudável e na construção de políticas públicas que atendam às necessidades da população idosa, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

## **2. DISCUSSÃO TEÓRICA**

### **2.1 As políticas públicas de pretensão ao idoso**

A Política Nacional do Idoso no Brasil, estabelecida por meio do Estatuto do Idoso, é um marco essencial que visa garantir os direitos e a dignidade da população idosa. O Estatuto, instituído pela Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, abrange uma ampla gama de direitos, incluindo saúde, assistência social, educação, cultura e lazer, além de assegurar proteção contra abusos e discriminação (Silva & Garcia, 2023). Este conjunto de diretrizes reflete o compromisso do Estado brasileiro em promover uma vida digna para os cidadãos mais velhos, reconhecendo a importância da experiência acumulada ao longo da vida (Dias & Pais-Ribeiro, 2018). A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), criada em 2006, complementa essas diretrizes ao focar na funcionalidade, autonomia e qualidade de vida dos idosos, evidenciando a necessidade de um sistema de saúde que atenda suas especificidades (Freitas, 2023).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma das principais estruturas que operacionalizam a Política Nacional do Idoso, oferecendo serviços e programas que visam à proteção e promoção da autonomia dos idosos. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) desempenham um papel crucial na identificação e atendimento das necessidades dos idosos, promovendo ações que visam a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida (Vagetti *et al.*, 2020). Além disso, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são fundamentais para a promoção da convivência e do fortalecimento de laços familiares e comunitários, oferecendo atividades que estimulam a socialização e o desenvolvimento de habilidades (Vagetti *et al.*, 2020). Essas iniciativas são essenciais para prevenir situações de vulnerabilidade e garantir que os idosos possam participar ativamente da sociedade (Vagetti *et al.*, 2020).

A implementação efetiva da Política Nacional do Idoso enfrenta desafios significativos, especialmente em um contexto de envelhecimento populacional crescente. A articulação entre as diversas esferas de governo e a sociedade civil é crucial para o sucesso das políticas públicas voltadas para os idosos, garantindo que as ações sejam integradas e eficazes (Souza; Machado, 2018). Além disso, a formação de profissionais capacitados para atuar na área da assistência social e da saúde é fundamental. A formação continuada e a sensibilização dos profissionais que lidam com essa população são necessárias para que possam compreender as especificidades do envelhecimento e atuar de forma adequada, respeitando os direitos e a dignidade dos idosos (Freitas, 2023; Vagetti *et al.*, 2020).

Ademais, a promoção de campanhas de conscientização e educação sobre os direitos dos idosos é uma estratégia importante para sensibilizar a sociedade e combater preconceitos e estigmas associados ao envelhecimento (Vagetti *et al.*, 2020). A violência contra a população idosa, incluindo a violência financeira, é uma preocupação crescente, com estudos indicando que uma proporção significativa de idosos enfrenta esse tipo de violência em seus lares (Queiróz, 2023). Portanto, é imperativo que a sociedade como um todo se mobilize para garantir que os direitos dos idosos sejam respeitados e promovidos, assegurando uma vida digna e plena para essa população (Vagetti *et al.*, 2020; Souza & Machado, 2018).

Em suma, a Política Nacional do Idoso, por meio do Estatuto do Idoso, do SUAS, dos CRAS e dos SCFV, representa um avanço significativo na proteção e promoção dos direitos dos idosos no Brasil. No entanto, a continuidade do compromisso de todos os setores da sociedade é essencial para garantir que esses direitos sejam efetivamente respeitados e promovidos, assegurando uma vida digna e plena para a população idosa (Vagetti *et al.*, 2020; Souza; Machado, 2018).

## **2.2 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma estratégia fundamental dentro da Política Nacional do Idoso, voltada para a promoção da inclusão social e do fortalecimento de laços familiares e comunitários entre os idosos. Este serviço é parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo principal oferecer um espaço de acolhimento e convivência, onde os idosos possam participar de atividades que estimulem a socialização, a autonomia e o desenvolvimento de habilidades (Scopel; Fritsch, 2022; Ferreira *et al.*, 2020). A importância do SCFV é evidenciada na sua capacidade de prevenir situações de vulnerabilidade social, proporcionando aos idosos

oportunidades de interação e aprendizado, além de contribuir para a sua saúde mental e emocional (Padilha *et al.*, 2021).

Historicamente, o SCFV se insere em um contexto mais amplo de políticas públicas voltadas para o envelhecimento no Brasil. Desde a criação do Estatuto do Idoso em 2003, houve um avanço significativo na formulação de diretrizes que buscam garantir os direitos dos idosos, promovendo sua dignidade e inclusão social (Silva; Honorato, 2022; Silveira, 2023). A implementação de grupos de convivência, que são uma das modalidades do SCFV, permite que os idosos compartilhem experiências, desenvolvam novas habilidades e fortaleçam vínculos afetivos, o que é crucial para a construção de uma rede de apoio social (Sposato *et al.*, 2019). No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a necessidade de maior capacitação dos profissionais que atuam nesses serviços e a diversificação das atividades oferecidas, para que possam atender às demandas específicas dessa população (Ferreira *et al.*, 2020).

Além disso, a participação ativa dos idosos nas decisões que envolvem suas vidas é um aspecto essencial para a efetividade do SCFV. A promoção de um ambiente onde os idosos possam expressar suas opiniões e participar ativamente das atividades é fundamental para garantir que suas necessidades e desejos sejam respeitados (Torres *et al.*, 2020). A literatura aponta que a inclusão dos idosos nas discussões sobre políticas públicas e na elaboração de programas voltados para eles é um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Carvalho, 2022). A atuação do assistente social, nesse contexto, é crucial, pois esses profissionais são responsáveis por articular as demandas dos idosos com as políticas públicas existentes, garantindo que seus direitos sejam efetivamente respeitados (Nunes *et al.*, 2021).

Em síntese, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma ferramenta vital para a promoção da inclusão social e do fortalecimento de vínculos entre os idosos no Brasil. Através de atividades que incentivam a socialização e o desenvolvimento pessoal, o SCFV contribui para a melhoria da qualidade de vida dos idosos, ao mesmo tempo em que enfrenta os desafios impostos pelo envelhecimento populacional e pela necessidade de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com seus cidadãos mais velhos (Bolognese, 2021).

O envelhecimento da população mundial é um fenômeno demográfico significativo que tem repercussões profundas em diversas esferas da sociedade. A expectativa de vida tem aumentado de forma acentuada nas últimas décadas, refletindo avanços na medicina, na saúde pública e nas condições de vida. No Brasil, por exemplo, a expectativa de vida ao nascer

passou de 54 anos em 1960 para 76 anos em 2020, evidenciando uma transição demográfica que altera a estrutura etária da população (Cortez *et al.*, 2019).

O crescimento da população idosa traz consigo uma série de desafios e oportunidades. À medida que mais pessoas alcançam idades avançadas, a sociedade enfrenta a necessidade urgente de desenvolver políticas públicas que promovam um envelhecimento saudável e ativo. Isso inclui a implementação de estratégias que garantam acesso a cuidados de saúde adequados, suporte social e oportunidades de participação na vida comunitária (Alencar *et al.*, 2010; Batista *et al.*, 2011). A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), que visa reorientar as políticas públicas para atender às necessidades dessa população crescente, enfatizando a importância de um envelhecimento digno e saudável (Chiarelli; Batistoni, 2022).

O conceito de envelhecimento saudável, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), vai além da simples ausência de doenças. Envolve a manutenção da autonomia, independência e qualidade de vida ao longo do processo de envelhecimento (Figueira *et al.* 2020)". A promoção do envelhecimento saudável requer uma abordagem multifacetada, que inclui acesso a serviços de saúde, suporte social e oportunidades para a socialização. A saúde mental e emocional é igualmente importante, pois um envelhecimento saudável deve incluir a capacidade de lidar com as mudanças que ocorrem com a idade, como a perda de entes queridos e a adaptação a novas limitações físicas (Ximendes *et al.*, 2021).

A socialização emerge como um fator crucial para a qualidade de vida dos idosos. A interação social não apenas contribui para a saúde mental e emocional, mas também tem um impacto positivo na saúde física. Estudos demonstram que a socialização pode prevenir o isolamento, um problema comum entre os idosos, que pode levar a condições como depressão e ansiedade (Silva *et al.*, 2011; Schirmer *et al.*, 2018). Além disso, o envolvimento em atividades sociais, como grupos de convivência ou clubes, pode proporcionar um senso de pertencimento e propósito, elementos essenciais para um envelhecimento saudável e ativo.

### **2.3. O Processo de Trabalho do Assistente Social no CRAS Almira Furtado**

O CRAS Almira Furtado é mais do que um simples local de atendimento; é um espaço que se configura como um verdadeiro abrigo para inúmeras famílias que enfrentam desafios diários em uma área urbana periférica. A atuação do CRAS é fundamental para fortalecer os laços familiares e auxiliar aqueles que buscam caminhos para superar suas dificuldades. Como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o CRAS oferece

suporte por meio de programas e políticas sociais que visam atender às necessidades da população vulnerável.

Situado em uma região marcada por desigualdades sociais, o CRAS Almira Furtado abre suas portas para atender pessoas que frequentemente carregam histórias de vida repletas de perdas, dificuldades financeiras e escassez de oportunidades. Os assistentes sociais desempenham um papel crucial nesse contexto, oferecendo um olhar atento e humanizado para cada caso. O acolhimento, que é o primeiro passo do atendimento, envolve a escuta ativa das necessidades e angústias das famílias, proporcionando não apenas orientação técnica, mas também empatia e respeito, em consonância com as diretrizes da PNAS.

Entre os serviços disponibilizados, destaca-se o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), cuja finalidade é promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O PAIF é uma iniciativa central dentro do SUAS, atuando na prevenção de situações de risco social e na promoção da convivência familiar. Muitas famílias atendidas enfrentam conflitos internos ou vivem em condições precárias de moradia. Nesse sentido, o assistente social atua como mediador, facilitando o acesso a programas habitacionais e encaminhando para redes de apoio psicológico, sempre com o intuito de promover uma mudança positiva na vida dessas pessoas.

Além das dificuldades materiais, às famílias atendidas pelo CRAS enfrentam desafios relacionados a sentimentos de isolamento, especialmente entre os idosos. O CRAS promove grupos reflexivos e atividades socioculturais que visam a inclusão social, criando um espaço onde os idosos possam se sentir parte de uma comunidade, compartilhar experiências e encontrar motivação para continuar ativos. De acordo com Iamamoto (2008), o papel do assistente social é essencial para promover uma abordagem crítica e reflexiva, que vá além das rotinas institucionais e atenda às reais necessidades dos usuários.

O perfil das famílias que buscam apoio no CRAS é diverso, mas um ponto em comum é a luta por melhores condições de vida. Muitas dessas famílias vivem com uma renda mínima, dependendo de benefícios sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e enfrentam desemprego ou falta de escolaridade. Essas condições tornam o trabalho do assistente social ainda mais relevante, exigindo a criação de estratégias de intervenção que realmente atendam às necessidades de cada família, levando em conta suas particularidades e contextos de vida.

O papel do assistente social no CRAS vai além das funções administrativas ou burocráticas; ele é o coração do atendimento, buscando enxergar o ser humano por trás de cada demanda. Em cada conversa, visita domiciliar ou atividade em grupo, o objetivo é

sempre o mesmo: promover dignidade e fortalecer as capacidades das famílias para enfrentar suas próprias dificuldades. Esse trabalho exige sensibilidade, capacidade de escuta e um profundo compromisso com a transformação social (Souza; Scorsolini-Comin, 2020)..

Em suma, o CRAS Almira Furtado, localizado na Rua Duque de Caxias, é um espaço de esperança e resiliência. É onde histórias de superação começam a ser escritas, com o apoio e a dedicação de profissionais que acreditam no poder da assistência social para mudar vidas. Através de um trabalho contínuo e humanizado, alinhado aos princípios estabelecidos pelo SUAS e PNAS, o CRAS se estabelece como um pilar essencial na comunidade, contribuindo para a construção de um futuro melhor para as famílias que passam por suas portas.

### **3. METODOLOGIA**

Para realizar este estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando o método de estudo de caso com base nas ideias de (Bennett; Elman, 2006). Essa escolha foi feita para permitir uma análise detalhada das atividades realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Almira Furtado, situado em uma área periférica de pequeno porte. O objetivo foi compreender como o CRAS atende às necessidades da população idosa, em especial dos participantes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Além disso, utilizou-se a análise de conteúdo de Öhman (2005), que oferece ferramentas para investigar diferentes tipos de comunicação e captar nuances importantes nas interações e respostas dos participantes.

O estudo buscou analisar as práticas de atendimento e as intervenções realizadas pelo CRAS, explorando como essas ações influenciam o bem-estar e a integração social dos idosos. Para isso, traçamos objetivos específicos: entender quais atividades são oferecidas aos idosos, identificar suas principais demandas e analisar como eles percebem o atendimento e os benefícios proporcionados.

Durante a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os idosos para compreender suas experiências e expectativas em relação ao serviço. A observação participante foi essencial para captar as interações e dinâmicas nos atendimentos, permitindo uma visão mais próxima da realidade vivenciada pelos usuários e profissionais do CRAS. O uso de um diário de campo ajudou a registrar impressões e reflexões ao longo do processo, fornecendo insights valiosos para a análise. As visitas domiciliares também foram uma parte fundamental do estudo, ajudando a avaliar as condições de vida dos idosos e identificar necessidades específicas para melhor direcionar os encaminhamentos. Além disso, realizamos

uma busca ativa para encontrar idosos em situação de vulnerabilidade que ainda não estavam sendo atendidos pelos programas sociais.

A análise dos dados coletados foi feita com base na categorização das falas e observações, utilizando a metodologia de análise de conteúdo. Buscamos identificar padrões e temas recorrentes nas respostas dos participantes, o que nos permitiu ter uma compreensão mais clara das principais demandas e percepções sobre o serviço prestado.

Com esta metodologia, espera-se identificar as principais necessidades da população idosa atendida e avaliar as estratégias usadas pelo CRAS para promover a inclusão e o bem-estar dos participantes. Também buscamos ouvir os idosos para entender como percebem o serviço que recebem e como as atividades influenciam suas vidas. A partir disso, pretendemos fazer recomendações que possam aprimorar o atendimento e contribuir para o fortalecimento das práticas de assistência social voltadas para esse público. Assim, acreditamos que este estudo pode ajudar a destacar a importância das ações do CRAS e seu impacto positivo na vida das pessoas idosas da comunidade.

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

O projeto de intervenção teve como foco os participantes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), abrangendo 10 idosos em situação de vulnerabilidade social. Para entender melhor o perfil desses participantes e as condições de vida enfrentadas, foi feita uma coleta de dados abrangente que incluiu entrevistas semiestruturadas, visitas domiciliares e observação participante.

##### **4.1 Perfil dos Participantes**

Os idosos que participaram do estudo têm entre 68 e 77 anos conforme observa-se na tabela abaixo (tabela 1). Em relação ao tipo de emprego desenvolvido, a profissão lavrador foi unânime para os indivíduos do sexo masculino. Já em relação ao sexo feminino, as respostas se diversificaram entre as profissões lavradora e dona de casa.

**Tabela 1:** Perfil dos participantes.

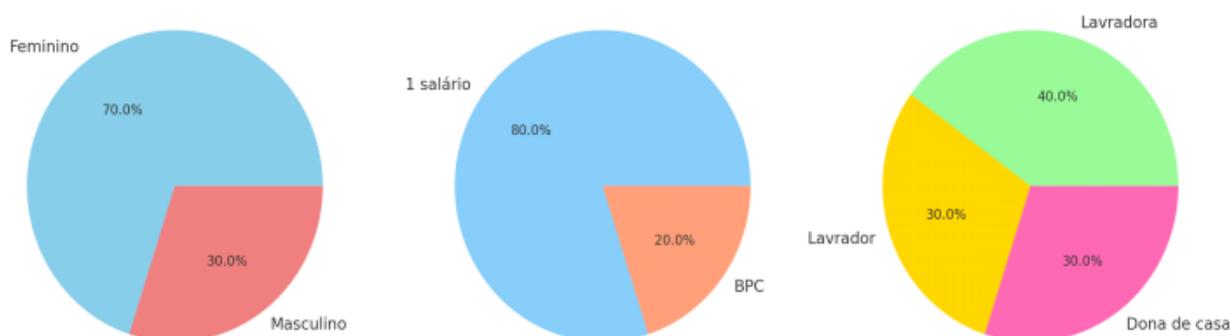
<b>Participante</b>	<b>Sexo</b>	<b>Renda</b>	<b>Profissão</b>	<b>Idade</b>
1	Masculino	1 salário	Lavrador	69
2	Masculino	1 salário	Lavrador	77

3	Feminino	1 salário	Dona de casa	72
4	Feminino	1 salário	Lavradora	75
5	Feminino	1 salário	Dona de casa	70
6	Feminino	1 salário	Lavradora	76
7	Feminino	1 salário	Lavradora	75
8	Feminino	1 salário	Dona de casa	69
9	Masculino	BPC	Lavrador	74
10	Feminino	BPC	Lavradora	69

**Fonte:** Autor, 2024.

A maioria dos participantes é composta por mulheres (70%), enquanto os homens representam 30% da amostra. O levantamento mostrou que 80% dos participantes possuem uma renda mensal de um salário mínimo, sendo que os 20% restantes dependem do Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos em situação de extrema pobreza e a maior parte dos participantes trabalhou na lavoura (60%), enquanto 40% se identificam como donas de casa conforme é possível observar no gráficos abaixo (Imagem 1).

**Imagem 1:** Gráficos do perfil dos participantes.



**Fonte:** Autor, 2024.

A maioria dos participantes são mulheres, este dado é significativo, pois reflete a maior expectativa de vida feminina e a presença predominante de idosas nos serviços de assistência social. Uma grande porcentagem dos participantes recebem um salário mínimo mensal, enquanto 20% dependem do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A

predominância de uma renda baixa indica uma situação de vulnerabilidade econômica generalizada entre os atendidos.

Em relação às profissões, 60% dos participantes trabalhavam como lavradores, uma atividade típica em áreas rurais e periféricas, enquanto 40% são donas de casa. Isso evidencia um histórico de trabalho informal, comum entre a população idosa que vive em condições de baixa escolaridade e oportunidade econômica.

#### 4.2 Análise das Demandas Identificadas e Encaminhamentos Realizados

Durante o acompanhamento, foi possível identificar as principais demandas dos participantes, relacionadas principalmente à inclusão social, apoio psicológico e melhorias nas condições de moradia. A tabela a seguir resume as demandas e os resultados alcançados:

**Tabela 2:** Identificação das principais demandas dos participantes.

<b>Família</b>	<b>Demanda</b>	<b>Encaminhamentos realizados</b>	<b>Resultados</b>
A1	Inclusão social do idoso	Oferecimento de atividades de convivência	Engajamento e melhora no bem-estar
A2	Saúde mental	Sessões de acompanhamento psicológico	Redução de sintomas de depressão
A3	Moradia precária	Encaminhamento para programas habitacionais	Melhoria significativa nas condições de moradia

**Fonte:** Autor, 2024.

A tabela acima apresenta os resultados das intervenções realizadas pelo CRAS Almira Furtado em três áreas principais:

- 1. Inclusão Social:** Os idosos participaram de atividades de convivência, que proporcionaram maior engajamento social e melhora no bem-estar geral.
- 2. Saúde Mental:** O acompanhamento psicológico reduziu sintomas de depressão e ansiedade, demonstrando a importância do suporte emocional para essa faixa etária.
- 3. Melhoria Habitacional:** As famílias encaminhadas para programas habitacionais obtiveram melhorias significativas nas condições de moradia, refletindo um impacto positivo direto na qualidade de vida.

## 5. DISCUSSÃO

A análise do perfil dos participantes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) evidencia diversas características que refletem a situação de vulnerabilidade social enfrentada pela população idosa no Brasil. Os dados indicam que a maioria dos participantes do programa é composta por mulheres (70%), o que pode ser atribuído à maior expectativa de vida feminina e à predominância de idosas que recorrem aos serviços de assistência social, refletindo um fenômeno demográfico amplamente observado em estudos populacionais (Santos; Honorato, 2022; Silva; Oliveira, 2016). Essa feminização da velhice, além de aumentar a demanda por serviços socioassistenciais, destaca as necessidades específicas dessa faixa etária, especialmente em relação à solidão, ao acesso a cuidados de saúde e ao suporte emocional.

Um dos aspectos mais preocupantes revelados pela análise é a baixa renda mensal dos participantes, sendo que 80% sobrevivem com apenas um salário mínimo, enquanto 20% dependem exclusivamente do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este benefício, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é uma política pública essencial para garantir um mínimo de proteção social aos idosos em situação de extrema pobreza (Sousa, 2023; Souza *et al.*, 2021). Sem o BPC, muitos idosos estariam em situação ainda mais precária, evidenciando a insuficiência das aposentadorias e pensões em cobrir as necessidades básicas de uma parcela significativa da população idosa. Além de assegurar a sobrevivência, o BPC representa uma importante fonte de autonomia financeira, mitigando os impactos da pobreza extrema (Sousa, 2023; Souza *et al.*, 2021).

A predominância de profissões ligadas à lavoura (60%) e a presença de donas de casa (40%) entre os participantes refletem um histórico de trabalho informal, característico de idosos que passaram a maior parte de suas vidas laborais em ocupações sem proteção previdenciária ou direitos trabalhistas assegurados (Pagliarino, 2021; Souza; Bourguignon, 2019). Essa condição não apenas limita o acesso a benefícios previdenciários, como também expõe a falta de preparo econômico para a velhice. Em muitos casos, essas mulheres, especialmente as donas de casa, não conseguiram acumular tempo suficiente de contribuição para a aposentadoria, dependendo exclusivamente de programas assistenciais para sua subsistência. Estudos apontam que esse cenário é especialmente comum em áreas rurais e periféricas, onde as oportunidades econômicas e o acesso à educação são limitados,

resultando em um ciclo de vulnerabilidade social que persiste ao longo das gerações (Souza; Bourguignon, 2019; Cardoso; Teixeira, 2014).

Além da precariedade econômica, as condições de moradia dos idosos atendidos pelo PAIF são um reflexo direto da falta de políticas públicas efetivas de habitação. Durante o acompanhamento realizado pelo CRAS Almira Furtado, foi observado que a maioria das residências apresentava problemas estruturais significativos, como infiltrações, falta de acessibilidade e instalações elétricas precárias (Pagliarino, 2021). Esses fatores não apenas afetam a qualidade de vida dos idosos, mas também representam riscos à saúde e à segurança, agravando ainda mais a vulnerabilidade social dessa população. As demandas por melhorias habitacionais foram uma constante nas intervenções, evidenciando a necessidade de políticas habitacionais mais abrangentes e inclusivas, que garantam condições dignas de moradia para a população idosa (Silva; Oliveira, 2016).

As intervenções realizadas pelo CRAS Almira Furtado no âmbito do PAIF demonstraram um impacto significativo em diversas áreas, especialmente em relação à inclusão social e à saúde mental dos participantes. As atividades de convivência social, como grupos de apoio e oficinas de integração, contribuíram para reduzir o isolamento social, promovendo um maior engajamento dos idosos e uma melhora no bem-estar geral (Santos; Honorato, 2022; Silva; Oliveira, 2016). A socialização tem um papel crucial na vida dos idosos, ajudando a combater a solidão e a depressão, problemas comuns nessa fase da vida. O apoio psicológico oferecido aos participantes foi fundamental para identificar e tratar sintomas de depressão, ansiedade e outras questões emocionais, demonstrando a importância de um suporte psicológico contínuo para essa faixa etária vulnerável (Souza; Bourguignon, 2019; Cardoso; Teixeira, 2014).

Outra área de destaque nas ações do PAIF foi o encaminhamento dos participantes para programas habitacionais, o que trouxe melhorias significativas nas condições de moradia. Esse tipo de intervenção é vital para garantir não apenas um ambiente seguro e adaptado às necessidades dos idosos, mas também para promover a dignidade e o conforto em uma fase da vida em que as limitações físicas e de saúde podem ser mais pronunciadas (Pagliarino, 2021). As melhorias habitacionais também têm um impacto positivo na saúde geral dos idosos, reduzindo o risco de acidentes domésticos e doenças relacionadas às más condições de habitação.

Os resultados apresentados nas tabelas e gráficos do relatório evidenciam o sucesso das intervenções realizadas, confirmando a importância do PAIF como um espaço de proteção social que promove a autonomia e a dignidade dos idosos. O suporte oferecido pelo CRAS,

através de um trabalho integrado e focado nas necessidades específicas dos participantes, é essencial para garantir os direitos socioassistenciais dessa população (Cardoso; Teixeira, 2014). A continuidade e a ampliação das ações do PAIF são fundamentais, especialmente considerando o cenário de envelhecimento populacional e os desafios socioeconômicos que acompanham esse fenômeno (Souza et al., 2021; Oliveira; Costa, 2021).

Em um contexto de crescente envelhecimento da população brasileira, a demanda por políticas públicas que garantam o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos se torna cada vez mais urgente. A atuação do PAIF e dos CRAS é essencial para mitigar os efeitos das desigualdades sociais e econômicas acumuladas ao longo da vida, oferecendo um suporte que vai além da assistência imediata e trabalha na promoção da autonomia, do acesso aos direitos e da inclusão social dos idosos. Dessa forma, o fortalecimento dessas políticas e a ampliação do alcance dos serviços são imprescindíveis para enfrentar os desafios impostos pelo envelhecimento populacional e assegurar uma velhice digna para todos (Santos; Honorato, 2022; Souza; Bourguignon, 2019).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que o estudo sobre o Serviço Social e a Promoção do Envelhecimento Saudável no SCFV do CRAS Almira Furtado evidenciou a relevância das intervenções realizadas pelos assistentes sociais na melhoria da qualidade de vida dos idosos atendidos. As atividades desenvolvidas, como grupos de convivência e oficinas temáticas, contribuíram significativamente para a inclusão social, o fortalecimento de vínculos comunitários e a redução da vulnerabilidade dessa população.

O trabalho revelou ainda que, apesar das dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelos idosos, o SCFV atua como um espaço essencial de acolhimento e promoção de um envelhecimento ativo. Portanto, a continuidade e ampliação desses serviços são fundamentais para assegurar a dignidade e os direitos da população idosa, especialmente em um contexto de envelhecimento crescente e desigualdades sociais.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCAR, M.; LEITE, A.; MEMORIA, S.; SOUSA, J. Percepções dos profissionais da saúde da família a respeito da atenção à pessoa idosa em Teresina-PI. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 13, n. 3, p. 475-485, 2010.

ARAUJO, P. Alzheimer e o envelhecimento da sociedade: recomendações legais no trato a idosos. *Pacha Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global*, v. 1, n. 2, p. 134-146, 2020.

BATISTA, C.; OLIVEIRA, O.; MARRONE, L.; MARTINS, M. Boas escolhas e fatores de risco associados ao envelhecimento saudável: revisão da literatura. *Revista Amazonense de Geriatria e Gerontologia*, v. 12, n. 1, 2021.

BATISTA, M.; ALMEIDA, M.; LANCMAN, S. Políticas públicas para a população idosa: uma revisão com ênfase nas ações de saúde. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 22, n. 3, 2011.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v22i3p200-207>.

CARDOSO, J.; TEIXEIRA, S. Política de assistência social e trabalho social com família: autonomia ou maternagem? *Serviço Social em Revista*, v. 17, n. 1, p. 66, 2014.

CHIARELLI, T.; BATISTONI, S. Trajetória das políticas públicas brasileiras para pessoas idosas frente à década do envelhecimento saudável (2021-2030). *Revista Kairós Gerontologia*, v. 25, n. 1, p. 93-114, 2022.

CORTEZ, A.; SILVA, C.; SILVA, R.; DANTAS, E. Aspectos gerais sobre a transição demográfica e epidemiológica da população brasileira. *Enfermagem Brasil*, v. 18, n. 5, p. 700-709, 2019.

ESCORSIM, S. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. *Serviço Social & Sociedade*, n. 142, p. 427-446, 2021.

FIGUEIRA, O. et al. Estratégias para a promoção do envelhecimento ativo no Brasil: uma revisão integrativa. *Research Society and Development*, v. 9, n. 10, e1959108556, 2020.

GARBACCIO, J.; GARCIA, T.; CÂNDIDA, D. Avaliação da independência de idosos atendidos por uma estratégia de saúde da família. *Cogitare Enfermagem*, v. 18, n. 4, 2013..

GUIMARÃES, R.; ANDRADE, F. O paradoxo de Simpson: um estudo de caso demográfico sobre dinâmica da população, pobreza e desigualdade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 10, p. 4453-4469, 2021.

KREUZ, G.; FRANCO, M. Reflexões acerca do envelhecimento, problemáticas e cuidados com as pessoas idosas. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 20, n. 2, p. 117, 2017.

MACHADO, V.; BARROS, A. Revisão sistemática sobre os benefícios adquiridos na promoção do envelhecimento saudável. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, v. 3, n. 2, p. 413, 2012.

OLIVEIRA, A. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 15, n. 32, p. 69-79, 2019.

OLIVEIRA, C.; COSTA, J. Política de proteção social do idoso no Brasil: na perspectiva do Benefício de Prestação Continuada. *Práticas Educativas Memórias e Oralidades - Rev Pemo*, v. 3, n. 1, e316482, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Expectativa de vida e carga de doença nas pessoas idosas da Região das Américas. Washington, DC: OPAS, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275726716>.

PAGLIARINO, S. Avaliação do nível de insegurança alimentar e do consumo alimentar das famílias atendidas pelo PAIF. *Cippus*, v. 9, n. 2, p. 1, 2021.

RODRIGUES, I.; BOÁGUA, J.; GOMES, E. Aspectos depressivos em idosos institucionalizados. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 2, p. 8294-8306, 2021.

SANTOS, C.; PORTELA, B.; CONCEIÇÃO, M.; FERREIRA, E. O papel do CRAS e o discurso dos agentes sociais. *Latin American Journal of Development*, v. 4, n. 4, p. 1503-1513, 2022.

SANTOS, M.; HONORATO, L. A importância do PAIF no CRAS Urumari. *Revista Ibero-Americana de Humanidades Ciências e Educação*, v. 8, n. 11, p. 3124-3147, 2022.

SCHIRMER, C. et al. Adesão aos dez passos para uma alimentação saudável em pessoas idosas. *Saúde e Pesquisa*, v. 10, n. 3, p. 501, 2018.

SILVA, C.; OLIVEIRA, A. Estado, sociedade civil e políticas sociais: Serviço Social no CRAS. *Revista Em Pauta*, v. 13, n. 36, 2016.

SILVA, D. et al. Envelhecimento: vivência dos idosos no ambiente familiar. *Research Society and Development*, v. 10, n. 9, e58810918425, 2021.

SILVA, H. et al. Perfil epidemiológico de idosos em grupos de convivência. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 14, n. 1, p. 123-133, 2011.

SILVA, L. et al. Envelhecimento e velhice LGBTQIA+. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 33, p. 1013, 2022.

SOUZA, C.; BOURGUIGNON, J. Possibilidades de trabalho social com famílias no PAIF. *Serviço Social em Revista*, v. 22, n. 1, p. 71, 2019.

SOUZA, I. A vulnerabilidade da pessoa idosa no direito previdenciário: BPC. *JNT - Facit Business and Technology Journal*, v. 1, n. 43, p. 690-704, 2023.

SOUZA, L.; SCORSOLINI-COMIN, F. Sentidos sobre o/a psicóloga/o no CRAS. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 20, n. 1, p. 53-72, 2020.

SOUZA, L.; TEIXEIRA, E.; TUPY, I. Influência do BPC sobre a taxa de pobreza dos idosos. *DRD - Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 11, p. 89-113, 2021.

TURRA, B. Explorando a tríade molecular: DNA, envelhecimento e câncer. *Revista Amazonense de Geriatria e Gerontologia*, v. 14, n. 1, p. 1-12, 2023.

XIMENDES, A. et al. Envelhecimento saudável no contexto da saúde da família. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 4, p. 14666-14680, 2021.